

Simonsen não descarta hipótese de o País solicitar moratória

por Cecília Costa
do Rio

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen não descarta a hipótese de que o País venha a solicitar uma moratória no pagamento da dívida externa, caso fique realmente sem condições de arcar com os juros, devido à queda no nível das reservas internacionais. Mas não recomendaria, a princípio, a medida, caso fosse adotada de forma unilateral, tendo afirmado que o melhor era esgotar o diálogo com os credores e procurar chegar, durante as próximas negociações, a um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Se não houver dinheiro para pagar os juros, nada poderá ser feito. O Brasil terá de pedir uma moratória de fato. Isso já aconteceu, de certa forma, em 1983, com repercussões muito negativas para o País, que viveu na ocasião o seu pior ano de recessão. Mas o que espero que venha a ocorrer é o fechamento do acordo com o Clube de Paris e com os bancos. O governo brasileiro pode muito bem aceitar um

FMI", disse Simonsen. Como monitoramento ou supervisão branda, ele entende a aceitação de que o FMI mande ao Brasil duas missões por ano, em vez de uma só, como vem ocorrendo atualmente, com base no artigo nº 4 dos estatutos dessa instituição financeira internacional.

De acordo com o ex-ministro, as perspectivas para a reunião do Clube de Paris com o governo brasileiro, marcada para o dia 15 de dezembro, são boas, principalmente após o Plano Cruzado II, que sem dúvida alguma repercutiu favoravelmente junto aos credores oficiais e privados do País. A única ressalva que Simonsen faz ao "pacote" de medidas é quanto à necessidade de que haja, a curto prazo, novo realinhamento de preços, mais abrangente, atingindo principalmente o aço, a carne e os produtos petroquímicos. Ele aprovou, no entanto, a decisão do governo de realinhar primeiro o reajuste de poucos produtos, "pois era preciso desaquecer a demanda, antes de passar para o realinhamento mais genérico". Esse desaquecimento de demanda, a seu

ver, deverá já ser sentido dentro de dois a quatro meses, pois as expectativas inflacionárias geradas pelas medidas causam, a curto prazo, uma aceleração no consumo.

O fato de o Plano Cruzado II ser impopular não é surpresa para o ex-ministro da Fazenda e diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, já que as medidas tinham de ser duras. Sobre a popularidade de ministros econômicos, aliás, ele fez a seguinte observação, ao ser homenageado durante as comemorações dos dez anos da Lei das S.A., na Adecif: "Ministros costumam ser homenageados apenas quando assumem o cargo e muitos anos depois, quando a sociedade já esqueceu as medidas amargas que tiveram de adotar para corrigir os desequilíbrios na economia."

A respeito dos boatos que correram ontem na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, segundo os quais Simonsen seria novamente cotado para ser ministro, disse apenas que "por serem boatos não mereciam maiores comentários."